

## SETOR INFORMAL E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO\*

*Beatriz Regina Zago de Azevedo\*\**

Em situação de crise e desemprego, apresentam grande relevância os trabalhos voltados ao exame de atividades urbanas organizadas sob moldes não tipicamente capitalistas de produção, uma vez que estas adquirem maior dimensão dado o afluxo dos indivíduos expulsos do mercado de trabalho capitalista. Esse conjunto de ocupações constitui o chamado **setor informal da economia urbana** que, embora tema de estudo privilegiado para entender os dinamismos específicos de certos segmentos econômicos e as estratégias de vida ou de sobrevivência dos contingentes urbanos, ainda não logrou alcançar um consenso entre seus estudiosos, quer a nível de sua abrangência, quer a nível de sua “funcionalidade” ou sentido no modo de produção capitalista.

Em meio a esse debate, o trabalho de Cacciamali surge como uma contribuição importante para o avanço no tratamento desse tema por descartar interpretações anteriores que, “a priori”, associam o setor informal a trabalhadores que auferem e/ou a atividades que propiciam baixos níveis de renda.<sup>1</sup> A questão central que permeia todo o seu estudo se refere ao fato de que o recebimento de rendas relativamente baixas não é característica exclusiva dos trabalhadores autônomos — núcleo típico do setor informal —, mas é comum também ao assalariado.

Identifica-se aqui Cacciamali, num plano mais genérico, com um grupo de autores que, ao buscarem analisar a questão do emprego sob o ponto de vista dos próprios trabalhadores — e não sob a ótica do capital —, afirmam ser bastante duvidoso o “privilegio” de ter a quem vender sua força de trabalho. É o caso de Singer que, referindo-se ao “pobre que trabalha”, diz que “nada permite supor que sua sina seja

---

\* Cacciamali, Maria Cristina. **Setor informal e formas de participação na produção**. São Paulo. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

\*\* Economista da Fundação de Economia e Estatística.

<sup>1</sup> O que Cacciamali (1983) critica fundamentalmente são as análises que, ao considerarem o setor informal como receptáculo de pobres, selecionam um conjunto de trabalhadores que percebem renda inferior a um certo nível e, a partir desse corte, passam a detalhar as características pessoais desses trabalhadores ditos **informais**.

substancialmente melhor que a dos pobres que circunstancialmente se encontram à margem da atividade econômica.” (Singer, 1977; p. 101). Maria Célia Paoli, por sua vez, ao examinar algumas características consideradas típicas de uma “situação marginal” — a redução do salário real, pouca participação política, exploração acentuada acarretando uma pauperização progressiva, etc. —, conclui que tais fatores, na verdade, não caracterizam “marginalidade”, mas, isto sim, são componentes da condição de vida de toda uma classe social. Sob esse prisma, afirma ela que “o dito trabalhador marginal está na mesma escala de exploração progressiva que caracteriza o proletariado brasileiro no atual momento histórico . . .”. (Paoli, 1978; p. 52).

Se, no entanto, essa percepção da não-exclusividade por parte do setor informal de determinados caracteres comumente associados a ele encontra um certo respaldo na literatura existente sobre o tema, o mesmo não se pode dizer acerca do objeto mais específico de análise da autora que é o de investigar, em uma realidade concreta, em que proporções se estendem as situações precárias de trabalho e as baixas remunerações entre os trabalhadores autônomos e assalariados. Isso foi objeto do exame empírico do trabalho de Cacciamali. Com base na idéia da segmentação da produção<sup>2</sup> e tendo em vista o impacto desse movimento sobre o setor informal urbano, fazendo com que suas relações com as formas de organização de produção capitalista sejam continuamente recompostas, a autora conclui a necessidade de examinar essas relações em função do desenvolvimento econômico encerrado em uma dada realidade e em um momento histórico determinado, dadas as especificidades que delas derivam.

Examinando as características do crescimento econômico em curso no Brasil nas três últimas décadas, a autora qualifica esse processo, mostrando seus reflexos sobre as formas atuais de organizar a produção no trabalho e, em especial, sobre o setor informal no município de São Paulo.

É com esse “pano de fundo” que o trabalho aqui resenhado se propõe a contribuir para o debate teórico sobre o setor informal urbano, apresentando evidências empíricas para o município de São Paulo e subsídios que auxiliem na formulação de políticas econômicas de emprego e de renda. Para alcançar tais propósitos, o trabalho apresenta um duplo desdobramento. Por um lado, retoma a discussão em torno da definição de setor informal, da qual Cacciamali resgata seu próprio conceito, associando-o a trabalho autônomo. Por outro, busca verificar em que medida os

<sup>2</sup> Segmentação da produção é aqui entendida como um processo de diferenciação da estrutura produtiva e dos atributos dos trabalhadores, resultando de características que emanam do modo de produção capitalista: “A produção norteada pela acumulação provoca o movimento incessante de criação, ampliação e crescimento dos ramos da produção, isto é, da divisão social do trabalho. . . . Visualisa-se, então, a contínua diferenciação de atividades produtivas — e, dentro delas —, de formas de organizar a produção e o trabalho, de processos produtivos e de trabalho e de qualificações e habilidades do trabalhador. Essa diversidade apresenta-se como uma segmentação . . .”. (Cacciamali, 1983; p. 13).

trabalhadores por conta própria apresentam **características pessoais** (idade, sexo, escolaridade), **condições de trabalho** (qualificação, tempo de permanência na atividade, horas médias trabalhadas por dia, vínculo jurídico) e **níveis de renda** diversos daqueles apresentados por trabalhadores assalariados. Em suma, pergunta-se a autora: será que os trabalhadores por conta própria apresentam características pessoais específicas, condições de trabalho menos favorecidas e auferem menos rendimentos que os assalariados?

Para responder a essa questão, dada a ausência de estatísticas oficiais, foi construído um arcabouço conceitual capaz de revelar as formas sob as quais os indivíduos participam da produção, com base em um quadro metodológico próprio que permite captar as informações necessárias da realidade. E aí está o outro mérito do trabalho de Cacciamali que, mesmo tendo em vista a dificuldade de captar uma realidade invisível, subterrânea, de difícil mensuração, cria sua própria metodologia, aplicando-a em um levantamento de campo realizado no município de São Paulo, no período jan.-fev. de 1980, abrangendo 804 unidades de consumo, com base no qual irá pautar suas conclusões. Fundamentando-se nessas informações, a autora pretendeu esclarecer a discussão a respeito das condições econômicas urbanas e da qualidade do desenvolvimento capitalista em curso nos principais centros urbanos brasileiros, particularmente em São Paulo. Todas essas questões são levantadas e discutidas ao longo do trabalho que se subdivide basicamente em seis capítulos.

No primeiro, são apresentados a origem do setor informal, os diversos grupos de interpretações que lhe seguiram e suas respectivas implicações sobre estratégias de desenvolvimento e políticas de emprego. Não se propondo a uma resenha exaustiva, Cacciamali examina sinteticamente, mas de forma clara e precisa, as principais linhas mestras do conjunto de interpretações ligadas diretamente às questões específicas de seu estudo em particular. Critica os enfoques dualistas, onde as relações entre o setor formal e o informal não são enfatizadas e onde a informalidade é associada, por definição, à condição dos indivíduos que ou estão abaixo de um determinado nível de renda, ou detêm certas características — ocupação, posição na ocupação, vínculo jurídico, tipo de estabelecimento, etc. — que lhes impõem baixo nível de renda. Sob essa perspectiva, portanto, o setor informal reduz-se a um “locus” de inserção, no meio urbano, de seus indivíduos mais pobres. A crítica de Cacciamali vai mais além, mostrando que, em geral, tais enfoques tendem a preconizar políticas específicas de atuação sobre o setor, sendo otimistas quanto a seus efeitos no sentido de minorar a pobreza nos países atrasados.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Essa visão está presente nos estudos iniciais acerca do setor informal realizados pela Organização Internacional do Trabalho(OIT), sob o marco do Programa Mundial de Emprego, e, particularmente, nos trabalhos realizados pelo Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe(PREALC) na América Latina e pelo Banco Mundial.

Ao contrário, a **abordagem subordinada**<sup>4</sup> do setor informal, ao perceber a complexidade do todo produtivo, encara as diferentes formas de organização da produção não mais como uma mera divisão dual da realidade, mas sim como expressões de relações de produção não isoladas. Sob esse enfoque, em consequência, são enfatizadas medidas de política econômica de caráter global, uma vez que são considerados ineficazes os resultados oriundos de ações específicas sobre o setor informal.

Identificando-se com esta última corrente de interpretação, a autora aborda, de modo minucioso, no segundo capítulo, o esquema conceitual que adotou para o exame do setor informal, tendo em vista a realidade urbana brasileira e especialmente a do município de São Paulo. Sua definição está atrelada fundamentalmente à forma de organização da produção: “O Setor Informal neste enfoque reflete os trabalhos realizados por produtores que, de posse dos meios de produção, se valem do trabalho familiar, ou de alguns ajudantes, para dar fim às suas atividades.” (Cacciamali, 1983; p. 12). Em suma, a produção informal englobaria o conjunto de formas de organização da produção que não se baseiam fundamentalmente no trabalho assalariado<sup>5</sup>. Suas características mais marcantes se resumiriam no fato de o produtor direto ser proprietário dos seus instrumentos de trabalho, inserir-se no processo produtivo como patrão e empregado, valer-se da mão-de-obra familiar e, eventualmente, de ajudantes assalariados, bem como ter conhecimento e controle do processo de trabalho. Além disso, a forma como se organiza a produção não permite ao produtor acumular, sendo que sua atividade é dirigida primordialmente pelo fluxo de renda e não por uma taxa de retorno competitiva.<sup>6</sup>

É enfatizado ainda um dado básico para a análise do setor informal e que se refere ao fato de ele se subordinar à acumulação capitalista:

“As grandes empresas, ao imprimir sua dinâmica sobre o espaço econômico, delimitam os interstícios permissíveis para a produção informal, isto é, ao se fixarem, determinam, em um só movimento e de forma simultânea, o leque das possíveis formas de produzir informalmente em um dado momento” (Cacciamali, 1983; p. 32).

É nesse sentido, no texto, que o setor informal guarda subordinação ao setor

<sup>4</sup> Esta abordagem analisa a produção como um todo e insere, intersticialmente e de forma subordinada, o setor informal no conjunto de relações de produção vigentes: “O Setor Informal . . . é considerado como esfera da produção subordinada ao padrão e ao processo de desenvolvimento capitalista . . . A subordinação reporta-se tanto na ocupação dos espaços econômicos, no acesso às matérias-primas e equipamentos, na implantação de tecnologia, no acesso a crédito, nas relações de trocas, nos vínculos mais concretos de subcontratação, como na esfera da produção ou circulação”. (Cacciamali, 1983; p. 24).

<sup>5</sup> Caso exista o trabalho assalariado, não é utilizado de forma regular ou permanente e nem é fundamental à sustentação do processo de produção.

<sup>6</sup> “O proprietário produtor explora sua própria força de trabalho e, no caso de ter alguns ajudantes, o trabalho excedente é, em geral, de pequena monta e a finalidade é aumentar a renda, o consumo, do proprietário/produtor”. (Cacciamali, 1983; p. 42).

formal, ora sendo destruído pelos movimentos do capital, ora recriando-se em espaços ainda não ocupados por ele:

“O Espaço Econômico ocupado, a necessidade de adaptar-se, em geral, ao nível de produtividade média social, o tempo de trabalho, bem como as relações de mercado refletem a subordinação das condições de trabalho e dos níveis de renda desses produtores às formas de organização da produção capitalista.” (Cacciамali, 1983; p. 29).

Cacciамali alerta também para o duplo caráter do setor informal que compreende tanto atividades geradoras de renda relativamente alta e com condições de trabalho satisfatórias — profissionais liberais, pequenos comerciantes, prestadores de serviços, etc. — como atividades que nada mais são do que meras estratégias de sobrevivência, precárias, instáveis, proporcionando baixos níveis de renda e exigindo quase nenhuma qualificação para o seu exercício — trabalhos braçais, serviço doméstico, etc.

No Capítulo 3, a autora contrapõe as diversas formas usuais de mensuração do setor informal à conceituação que adota em seu estudo, qualificando e/ou discordando de algumas características que usualmente são atribuídas ao setor pela literatura econômica sobre o assunto. Para Cacciамali, as diversas operacionalizações do conceito utilizadas no anseio de mensurar o setor informal acabam por obscurecer a natureza e o caráter desse conjunto de produtores no processo de desenvolvimento econômico, uma vez que podem levar à conclusão de que somente os trabalhadores do setor informal auferem baixos níveis de renda, o que vem a mascarar, portanto, a existência de baixos salários no setor formal. Segundo ela,

“Homogeneizando os indivíduos por critérios de renda e outros, esconde-se que a renda provém da forma de participação dos indivíduos na produção. À medida que se desloca o eixo de delimitação do Setor Informal, transferindo-o da forma de participação na produção para níveis de consumo ou de legalidade no exercício do trabalho, esconde-se os baixos salários pagos nas formas de organização da produção capitalista e também a burla da legislação trabalhista nessas empresas. . . . Ignora-se, além disso, as condições sob as quais se está realizando o trabalho. . . . Perde-se informações sobre a qualidade do processo de desenvolvimento econômico que vem sendo gerado, assim como o referencial de onde e como intervir politicamente.” (Cacciамali, 1983; p. 39).

Em suma, Cacciамali quer salientar que classificações resultantes de agregações tanto de ocupações quanto de níveis de renda tendem a homogeneizar essas formas de participação, apresentando de um modo bastante sintético as diferenças entre condições de trabalho e níveis de renda.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> “As classificações por ocupação ignoram, em geral, formas diferentes de participação na produção (autônomos, proprietários, assalariados) a partir de uma ocupação. Por exemplo, os pedreiros, aqueles que se encontram como assalariados na construção civil, são iguais a aqueles que realizam este mesmo trabalho por conta própria. As classificações por classe de renda agudizam, em geral, a não diferenciação pois neste caso se ignoram tanto a ocupação como a forma de participação.” (Cacciамali, 1983; p. 57, nota 1).

No quarto capítulo, são apresentadas as principais características das formas de organização capitalistas, estabelecendo-se critérios que permitirão a construção das formas de participação dos assalariados na produção.

O capítulo seguinte constitui-se no elo de ligação entre a parte teórica e a parte empírica, pois nele se encontram expostos os pressupostos metodológicos que conduzem à construção das diferentes formas de participação na produção e as classificações adotadas pela autora, bem como o procedimento seguido na pesquisa de campo. São, então, explicitadas suas categorias analíticas que visam a expressar as diversas maneiras pelas quais os indivíduos participam da produção ou, mais especificamente, a “captar mais informações sobre a qualidade do processo de desenvolvimento econômico que vem sendo gestado em termos de postos de trabalho e atividades, das condições em que o exercício do trabalho se realiza e níveis de renda que deles provêm.” (Cacciamali, 1983; p. 57).

O critério utilizado para a delimitação das grandes categorias de análise — proprietário, assalariado e conta-própria — foi o grau de propriedade e/ou comando dos meios de produção e da força de trabalho.<sup>8</sup> Dado que esse critério apresenta diversas gradações no interior das categorias, estas sofreram algumas subdivisões capazes de dar conta da heterogeneidade interna que o setor apresenta.<sup>9</sup>

Finalmente, no último capítulo, apresentam-se os resultados da aplicação dos conceitos, dos procedimentos metodológicos e das categorias analíticas que foram expostas ao longo do trabalho. As conclusões de Cacciamali, com base nas evidências amostrais, indicam que, em relação às características pessoais dos trabalhadores, não existe diferença significativa entre autônomos e assalariados. Quanto aos outros quesitos investigados, conclui que os trabalhadores do setor informal não constituem proporcionalmente a massa de trabalhadores que detêm as piores condições de trabalho e os mais baixos níveis de renda no município de São Paulo.

“Dissociando-se o Setor Informal da caracterização apriorística de baixa renda, associando-o ao trabalho autônomo e analisando-o em relação aos trabalhadores assalariados, observou-se que os jovens, as mulheres, a desqualificação, a instabilidade, o número excessivo de horas diárias no trabalho e os baixos níveis de renda interpenetram em graus diferentes massas de trabalhadores, sejam eles assalariados ou autônomos.” (Cacciamali, 1983; p. 86).

<sup>8</sup> “A propriedade de meios de produção e seu comando, assim como o comando sobre trabalhadores, definem **proprietário**. O indivíduo que, desprovido de meios de produção ou instrumentos de trabalho, vende o que possui — a força de trabalho — define como **assalariado**. Intermediando essas duas categorias, existe o **conta-própria**, que trabalha diretamente na produção, possuindo instrumentos de trabalhos e ajuda ocasional ou sistemática de poucos trabalhadores ou membros da família”. (Cacciamali, 1983; p. 60/61).

<sup>9</sup> Síntese das categorias analíticas utilizadas: **proprietários** (pequenos; médios; grandes), **assalariados** (operários; controladores na produção de bens; em atividades de escritório; controladores em atividades administrativas; em atividades de apoio ou serviços; controladores em atividades de apoio ou serviços), **trabalhadores por conta própria** (com estabelecimento; com ponto fixo; sem ponto), **assalariado informal** e **serviço doméstico**.

Atribuir, portanto, aos trabalhadores por conta própria a característica de grupo de mais baixa remuneração no meio urbano significa, segundo a autora, desconhecer os baixos salários pagos pelas firmas a grandes contingentes de assalariados, principalmente operários.

Assim, ao contrário das interpretações encontradas na maior parte da literatura sobre o tema, onde a configuração do setor informal se dá a partir do número excessivo de trabalhadores auferindo baixos níveis de renda, Cacciamali afirma que “O fato de esse Setor absorver grande contingente de trabalhadores urbanos com baixa remuneração não significa que a maior parte destes trabalhadores compoñha o Setor — embora possa admitir uma maioria relativa —, mais tais indivíduos devem estar também distribuídos no Setor Formal.” (Cacciamali, 1983; p. 37).

O que permitiu a Cacciamali chegar a essa conclusão, por um lado, foi o fato de ter-se desvincilhado de uma análise restrita ao setor informal. Ao incluir, em sua pesquisa, o exame de todo o universo de trabalhadores urbanos, tornou-se possível para ela perceber que, embora o setor informal contenha significativa proporção de trabalhadores de baixa renda, estes também estão presentes, e parece que em sua grande maioria, no setor formal. O que ocorre na verdade é que os estudos voltados especificamente ao exame da produção informal tendem, às vezes, a perceber como exclusivas certas características comumente a ele associadas. Isso porque, do conjunto de ocupações informais, grande parte apresenta precárias condições de trabalho e proporciona baixos níveis de renda, principalmente em conjunturas de crise econômica. Pode-se dizer, então, que tais interpretações, ainda que contenham alguns equívocos, uma vez que omitem a situação também desprivilegiada de significativa parcela dos assalariados, não podem ser consideradas, grosso modo, de todo incorretas. Sabendo-se, além disso, da forte instabilidade temporal e espacial que caracteriza o setor informal, à medida que assume formas e significados diversos nas diferentes épocas e regiões, torna-se difícil generalizar essas conclusões, uma vez que, mesmo sendo válidas para o município de São Paulo, talvez não o sejam para as cidades nordestinas, por exemplo.

Por outro lado, a diferença das conclusões de Cacciamali em relação a algumas teses já existentes sobre esse tema parece derivar, em parte, também do procedimento metodológico por ela adotado. Assim, enquanto alguns trabalhos têm como objetivo de estudo a categoria do setor informal como um todo, Cacciamali privilegia, em seu tratamento empírico, a figura do trabalhador por conta própria, por ser este considerado o núcleo típico das ocupações informais. Como ela mesmo enfatiza, suas conceituações do setor informal associam-no ao trabalho autônomo. Assim, ainda que na parte teórica do seu trabalho o setor informal seja entendido também, de uma forma mais genérica, como um conjunto de formas de organização que não se baseia no trabalho assalariado — onde se supõe estejam incluídos não só os autônomos —, para efeito de comparações estatísticas, segundo as variáveis selecionadas,

considerou basicamente as seguintes categorias analíticas: total de assalariados e total de trabalhadores por conta própria.<sup>10</sup>

Ao se considerar, fundamentalmente, como objetos principais da investigação e de comparações estatísticas os autônomos e os assalariados, perde-se, de certo modo, a dimensão total do setor informal, onde a própria autora ainda inclui as categorias de assalariado informal e serviço doméstico. Conforme Cacciamali, “No município de São Paulo foram encontrados 26 trabalhadores autônomos para cada 100 assalariados e esta relação ascende a 40 quando são incorporados aos primeiros o serviço doméstico e os assalariados informais”. (Cacciamali, 1983; p. 76). Mais do que isso, excluir estas últimas categorias das comparações empíricas significa **excluir** justamente as categorias menos privilegiadas, conforme constata a autora: “é no serviço doméstico e entre os ajudantes assalariados dos trabalhadores por conta própria que se concentram os trabalhadores que detêm menores níveis de renda e precárias condições de trabalho”. (Cacciamali, 1983; p. 72).

Restam dúvidas, portanto, se os resultados encontrados para a categoria dos trabalhadores por conta própria — se esta foi a intenção — estariam representando fidedignamente a situação do setor informal como um todo, uma vez que algumas conclusões do trabalho parecem referir-se a ele. Numa tentativa de comparar tais resultados (referentes somente à categoria dos autônomos) com prováveis resultados que poderiam ser obtidos a partir de uma visão mais ampla do setor informal (incluindo-se aí não só os autônomos, mas também o serviço doméstico e os assalariados informais), foram calculados novamente os percentuais conforme as mesmas variáveis. Ainda que não se alterem os testes estatísticos de significância realizados por Cacciamali, é importante observar que, em se refazendo os cálculos, obtêm-se diferenças significativas entre os percentuais encontrados para os autônomos e para o total do setor informal, pelo menos em relação a algumas variáveis.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Foram feitas comparações também entre o total de operários e o total de trabalhadores por conta própria sem estabelecimento, uma vez que são os grupos que apresentam os mais baixos requisitos e as piores condições de trabalho e níveis de renda.

<sup>11</sup> O percentuais encontrados foram:

- a) em relação à proporção de mulheres — autônomos, 29%; setor informal, 44%;
- b) em relação à proporção de jovens (menos de 19 anos) — autônomos, 2%; setor informal, 13%;
- c) em relação à proporção de não qualificados ou semiquilificados — autônomos, 32%; setor informal, 50%;
- d) em relação à proporção dos indivíduos, cujo tempo de permanência no posto de trabalho ou na atividade foi menor do que seis meses — autônomos, 7%; setor informal, 13%;
- e) em relação à proporção de indivíduos que auferiam menos de dois salários mínimos — autônomos, 26%; setor informal, 45%;
- f) em relação à proporção de indivíduos que auferiam menos de três salários mínimos — autônomos, 39%; setor informal, 56%; e
- g) em relação à proporção de indivíduos que auferiam mais de cinco salários mínimos — autônomos, 45%; setor informal, 31%.



De qualquer maneira, os resultados bastante interessantes da pesquisa permitem comparar a situação dos autônomos relativamente à dos assalariados na cidade de São Paulo, mostrando que, embora precária a situação dos primeiros, a dos últimos ainda é pior.

A compreensão de que a pobreza urbana não se esgota na esfera das ocupações informais, mas atinge principalmente os indivíduos empregados sob relações de assalariamento, é de fundamental importância para a formulação de políticas de emprego e renda, conforme destaca Cacciamali em suas conclusões. Isso porque, ao invés de conduzir a proposições de políticas específicas para o setor informal, leva a conceber uma intervenção governamental em um sentido mais amplo. A prioridade, portanto, deveria ser dada, segundo Cacciamali, a medidas de política econômica de caráter mais global, uma vez que, além de ressoarem de alguma forma sobre o setor informal, permitiriam aumentar a qualidade de vida da população, independentemente da forma de participação na produção, e diminuir os níveis relativos de pobreza através de aumentos da renda real e de melhorias na infra-estrutura físico-urbana em geral.

Por outro lado, como também mostra a autora, as medidas comumente sugeridas de apoio às atividades informais, ao não levarem em conta a dinâmica desse tipo de produção, acabam por se transformar em verdadeira ameaça ao seu funcionamento, uma vez que tais sugestões de intervenção sobre o setor — capacitação administrativa do produtor informal, assistência técnico-administrativa, alteração tecnológica e ordenamentos legais entre outras — implicam mudanças na sua própria forma de organização. Isso porque

“... o processo e a organização do trabalho nesse conjunto de atividades são, em geral, contrários à burocratização, à rotina e à continuidade, características das formas de organização do trabalho nas firmas capitalistas. Transpor esses traços organizacionais mediante políticas com a finalidade de ‘proteger’ o Setor Informal pode, ao contrário, destruir o Setor ...”. (Cacciamali, 1983; p. 39).

Ao invés, então, de formular medidas protecionistas para as ocupações informais que poderiam inclusive alterar o seu modo de funcionamento e, em consequência, pôr em risco sua sobrevivência, a alternativa seria uma intervenção no sentido de simplesmente eliminar os obstáculos para o seu funcionamento.<sup>12</sup>

Retomando a idéia central de sua tese, Cacciamali reforça seu argumento contrário a proposições de políticas específicas para o setor informal, mostrando que

<sup>12</sup> A autora sugere algumas medidas nesse sentido: isentar os vendedores ambulantes da repressão policial; não discriminar determinados indivíduos quando desejarem regulamentar-se como autônomos; descentralizar e desburocratizar os regulamentos atins; e rever a quantidade e o nível de taxas pagas.

se tornaria muito difícil a sustentação dessas medidas, tendo em vista que, por um lado, as rendas desse setor são condicionadas à distribuição de renda no setor formal e, por outro, que a maior parte dos trabalhadores urbanos é assalariada, e é esta que detém as mais precárias condições de trabalho e os mais baixos níveis de renda.

## **BIBLIOGRAFIA**

- 1 — CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor informal e formas de participação na produção**. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.
- 2 — PAOLI, Maria Célia. **A marginalidade no capitalismo dependente: um problema deslocado**. In: **CIDADE: usos & abusos**. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- 3 — SINGER, Paul. **Economia política do trabalho**. São Paulo, HUCITEC, 1977.